



PROGRAMA 207
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

PROGRAMA 207 - MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

1 INTRODUÇÃO

O Programa 207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme o PPA vigente, possui 6 Compromissos, 44 Metas e 12 Indicadores, cuja execução envolve quatro Órgãos (Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE e Casa Civil) e 14 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos cinco temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de **Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade** (presente em seis Compromissos) e **Gestão Governamental e Governança Socioeconômica** (presente em três Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, exercício 2018, considerando a data de corte 31/12/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **76,30%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 – Desempenho do Programa, segundo as Dimensões de Análise

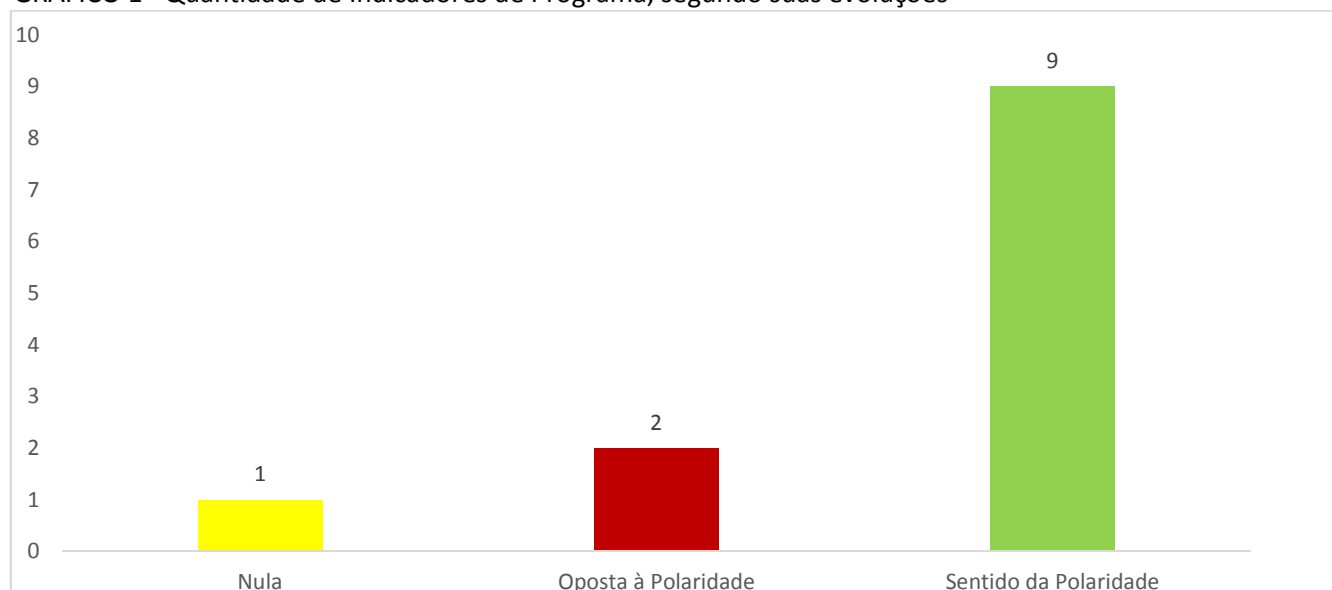
Dimensão	Indicador	%	Grau	Situação
RESULTADO	Evolução dos Indicadores de Programas	79,17	3	BOM
	Eficácia das Metas do Programa	85,29	3	BOM
ESFORÇO	Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa	52,59	2	REGULAR

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de Indicadores de Programa segundo suas evoluções. O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de nove Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e um com evolução nula.

GRÁFICO 1 - Quantidade de Indicadores de Programa, segundo suas evoluções



Fonte: Iplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

Os Indicadores que evoluíram no sentido da sua polaridade são:

- *IP1 - Área total em restauração;*
- *IP2 - Nº de caranguejos distribuídos para repovoamento;*
- *IP4 - Passivo de Processos de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e outorgas);*
- *IP5 - Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; e*
- *IP6 - Proporção de áreas de pequenos imóveis rurais cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR);*
- *IP7 - Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade - APCB com estratégia de conservação implementada;*

- *IP9 - Proporção de Lista de espécies ameaçadas e Planos de Ação concluídos;*
- *IP10 - Proporção de municípios acompanhados pelo Programa Gestão Ambiental Compartilhada – GAC; e*
- *IP12 - Proporção dos instrumentos de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental implementados.*

Os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- *IP3 - Passivo de Processos de Fiscalização Ambiental; e*
- *IP11 - Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo.*

O Indicador com evolução nula é:

- *IP8 - Proporção de lagoas urbanas repovoadas com carpas prateadas na RM.*

A Figura 1 apresenta o comportamento dos Indicadores do Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade, por exercício do PPA-P, considerando seus valores de referências e respectivas polaridades, exceto para o IP8, cuja evolução é nula nos três exercícios. Cabe salientar que todo esforço empreendido no PPA-P é verificado de forma cumulativa, o que implica afirmar que a evolução dos Indicadores pode seguir uma tendência temporal, à medida que as entregas são realizadas. Observa-se que:

- IP1, IP6, IP7 e IP9 seguem trajetórias crescentes em relação ao valor de referência e em conformidade com o sentido esperado de suas polaridades;
- IP2 apresenta um comportamento estável e em sentido contrário à sua polaridade nos anos 2016 e 2017, demonstrando uma mudança dessa tendência em 2018, com evolução positiva e superior ao valor de referência;
- IP3 descreve um movimento crescente e em sentido contrário à sua polaridade nos três exercícios analisados, isto porque se trata de um indicador com polaridade negativa, cujo desempenho é melhor quanto menor o valor alcançado;
- IP4 segue trajetória em conformidade com o sentido esperado de sua polaridade, com valores decrescentes em relação ao valor de referência (quanto menor o valor encontrado melhor o desempenho desse indicador);
- IP5 descreve um comportamento em conformidade com o sentido da sua polaridade, apesar de apresentar valores decrescentes e estabilizados em 2017 e 2018, ainda que tenham ultrapassado o valor de referência;
- IP10 apresenta um comportamento contrário à sua polaridade em 2016, passando a descrever, em 2017 e 2018, uma trajetória positiva e em conformidade com o sentido de sua polaridade;
- IP11 descreve um comportamento contrário à sua polaridade nos três exercícios analisados, apesar de sinalizar uma tendência de recuperação do valor alcançado em relação à sua referência;

- IP12 apresenta uma tendência decrescente dos valores alcançados, ainda que tenham se estabilizado em 2017 e 2018 bem próximos ao valor de referência, evoluindo no sentido da sua polaridade.

FIGURA 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (continua)

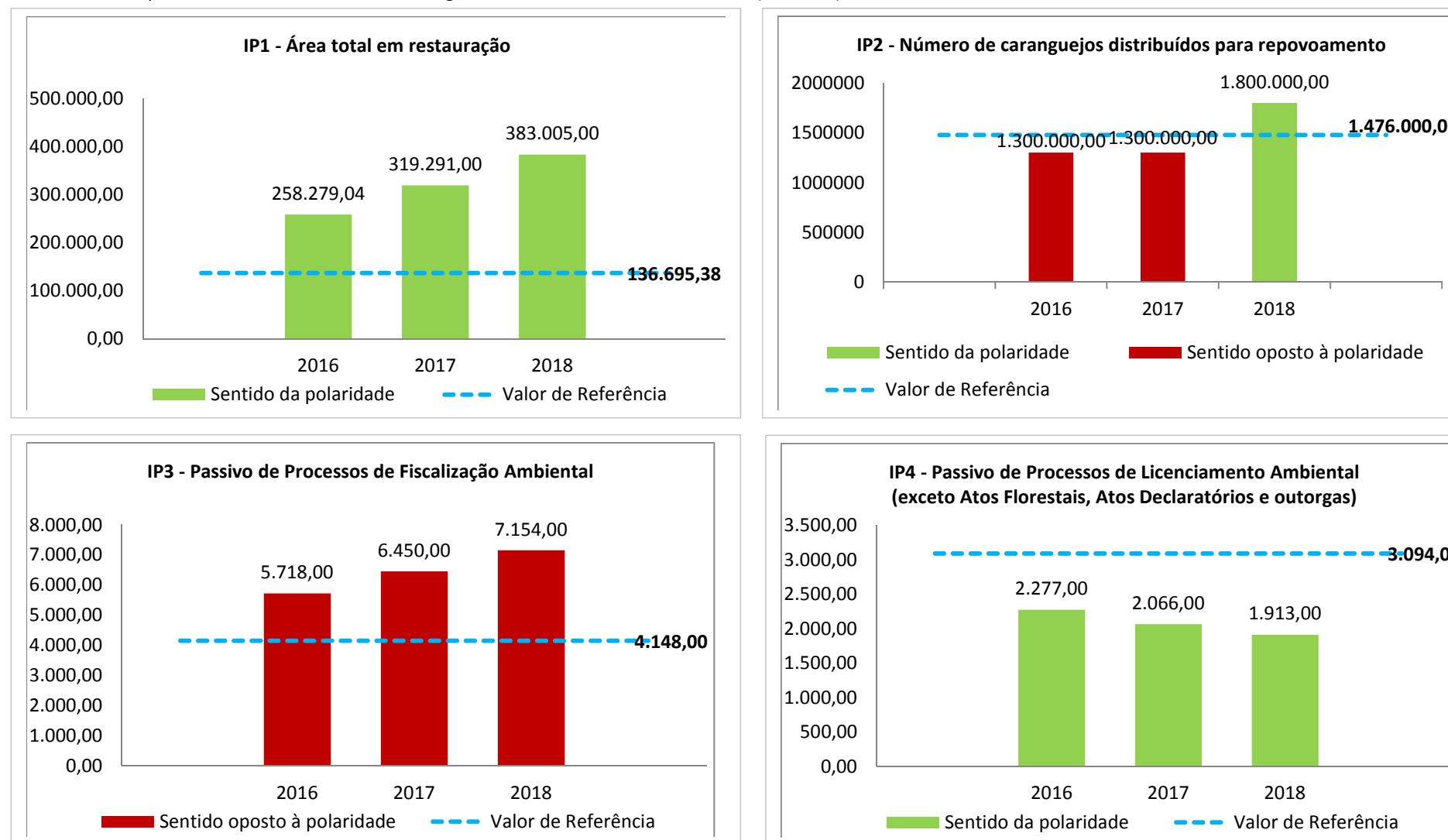


FIGURA 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (continua)

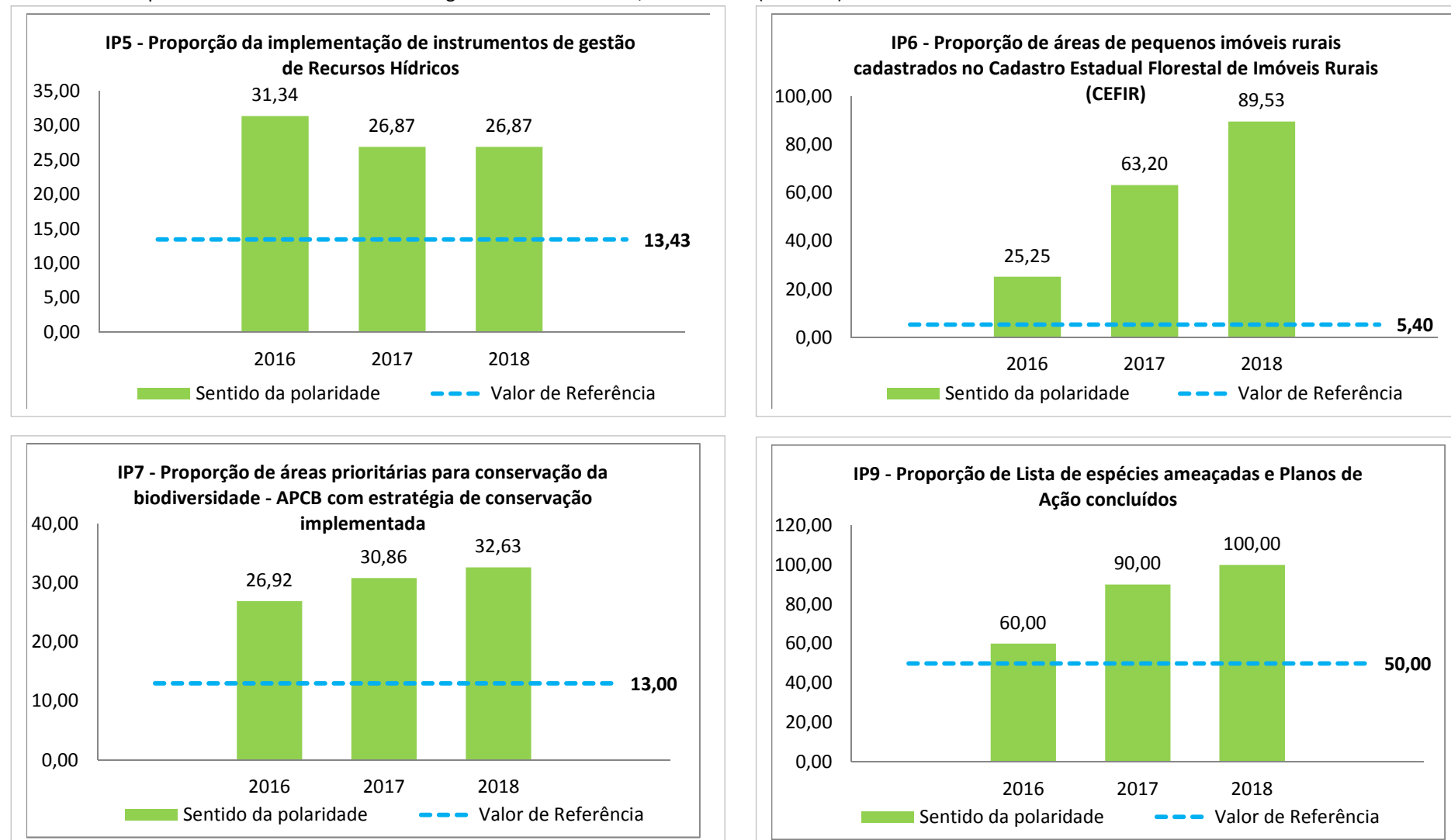
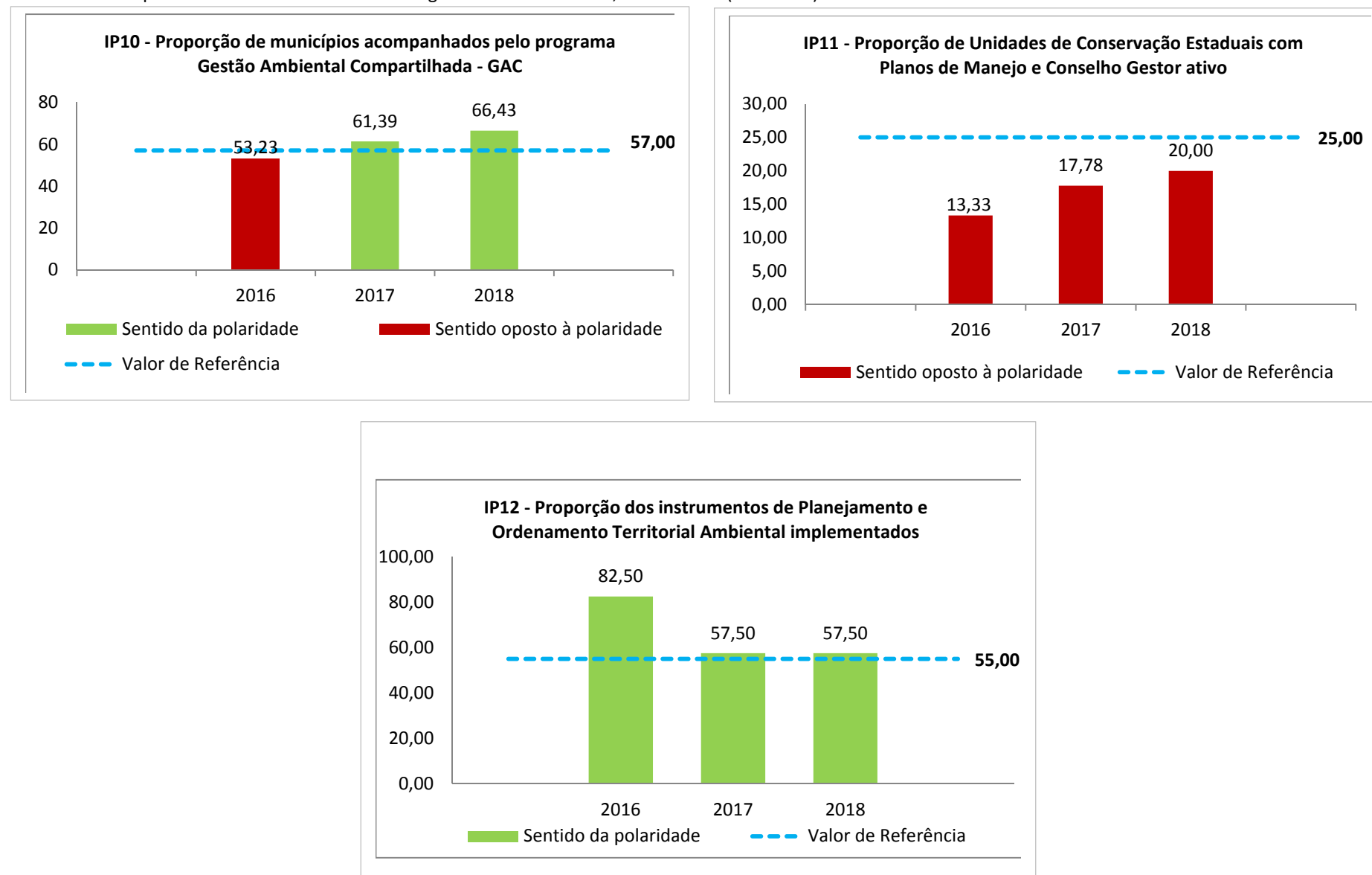


FIGURA 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (conclusão)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores, apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar como condições favoráveis: (i) o aumento de demanda não prevista inicialmente; (ii) a ampliação do número de convênios, a exemplo dos Consórcios Públicos Intermunicipais; (iii) a ampliação de serviços ou entregas realizadas, assim como da capacidade instalada, no âmbito dos órgãos e unidades envolvidos; e (iv) a ocorrência de oportunidades de financiamentos externos. Por outro lado, dificuldades de natureza institucional e operacional contribuíram para as evoluções negativa e nula dos indicadores, particularmente, em função da incipiente disponibilidade de recursos técnicos e de insumos necessários.

De acordo com a Ficha Técnica dos Indicadores de Programa – PPA 2016-2019, dos seis Compromissos do Programa, cinco estão associados a Indicadores, destacando o fato de um mesmo Indicador ser sensibilizado por três Compromissos, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Cabe ressaltar que, mesmo que elementos externos ao Programa possam influenciar seus Indicadores, é desejável que os Indicadores de Programa sejam sensibilizados, direta ou indiretamente, pelo conjunto de objetivos expressos em seus Compromissos.

O Quadro 2 apresenta a evolução dos Indicadores do Programa e o comportamento das Metas dos Compromissos aos quais estão vinculados. Verifica-se que a evolução de oito Indicadores é compatível com os resultados gerados no âmbito dos Compromissos a eles vinculados, expressos pelo comportamento da maioria das Metas relacionadas. São eles:

- IP1, IP6, IP7 e IP9: todos com evolução positiva e sensibilizados pelo Compromisso *C2 – Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos*, cujo desempenho de cinco das suas oito Metas apresenta execução igual ou superior a 100% e enquadradas no Grau de Eficácia 4;
- IP4: evolução positiva e sensibilizado pelo Compromisso *C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental*, com sete das suas nove Metas apresentando execução igual ou superior a 100%, condizente ao Grau de Eficácia 4;
- IP5: evolução positiva e sensibilizado pelos Compromissos *C3 – Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos*, com seis das suas dez Metas apresentando execução igual ou superior a 60% (Graus de Eficácia 3 e 4), *C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental*, com sete das suas nove Metas registrando execução igual ou superior a 100% (Grau de Eficácia 4), e o *C10 – Fortalecer a governança ambiental e participativa nas bacias, unidades de conservação, territórios e colegiados estaduais*, com oito de suas nove Metas exibindo execução igual ou superior a 100% (Grau de Eficácia 4);
- IP10 e IP12: ambos com evolução positiva e sensibilizados pelo Compromisso *C3 – Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos*, com seis de suas dez Metas apresentando execução igual ou superior a 60% e enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4.

QUADRO 2 - Evolução dos Indicadores do Programa e comportamento das Metas dos Compromissos vinculados

Indicador	Evolução em 2018	Compromisso que Sensibiliza	Quantidade de Metas					
			Total	Não se Aplica	Grau de Eficácia*			
					1	2	3	4
IP1, IP6, IP7 e IP9	Positiva	<i>C2 - Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos</i>	8	3	-	-	-	5
IP2	Positiva	<i>C9 - Promover sustentabilidade na produção de organismos aquáticos de interesse para a pesca e aquicultura do Estado</i>	4	-	2	-	-	2
IP4	Positiva	<i>C4 - Aprimorar a qualidade e o controle ambiental</i>	9	1	1	-	-	7
IP5	Positiva	<i>C3 - Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos</i>	10	2	1	1	1	5
		<i>C4 - Aprimorar a qualidade e o controle ambiental</i>	9	1	1	-	-	7
		<i>C10 - Fortalecer a governança ambiental e participativa nas bacias, unidades de conservação, territórios e colegiados estaduais</i>	9	1	-	-	-	8
IP10 e IP12	Positiva	<i>C3 - Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos</i>	10	2	1	1	1	5
IP3	Negativa	<i>C4 - Aprimorar a qualidade e o controle ambiental</i>	9	1	1	-	-	7
IP11	Negativa	<i>C2 - Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos</i>	8	3	-	-	-	5
IP8	Nula	<i>C9 - Promover sustentabilidade na produção de organismos aquáticos de interesse para a pesca e aquicultura do Estado</i>	4	-	2	-	-	2

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

*Grau de Eficácia: 1 (Insuficiente); 2 (Regular); 3 (Bom); 4 (Ótimo); e “Não se aplica” (Metas sem planejamento e execução, em 2018).

Nota-se também que a evolução positiva do Indicador IP2 está aderente, em certa medida, ao comportamento de 50% das Metas relacionadas ao Compromisso que o sensibiliza. Pois, duas das quatro Metas do C9 – *Promover sustentabilidade na produção de organismos aquáticos de interesse para a pesca e aquicultura do Estado* apresenta execução igual ou superior a 100%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4.

Por outro lado, a evolução dos Indicadores sinalizados na sequência não apresenta a mesma coerência em relação ao comportamento das Metas relacionadas:

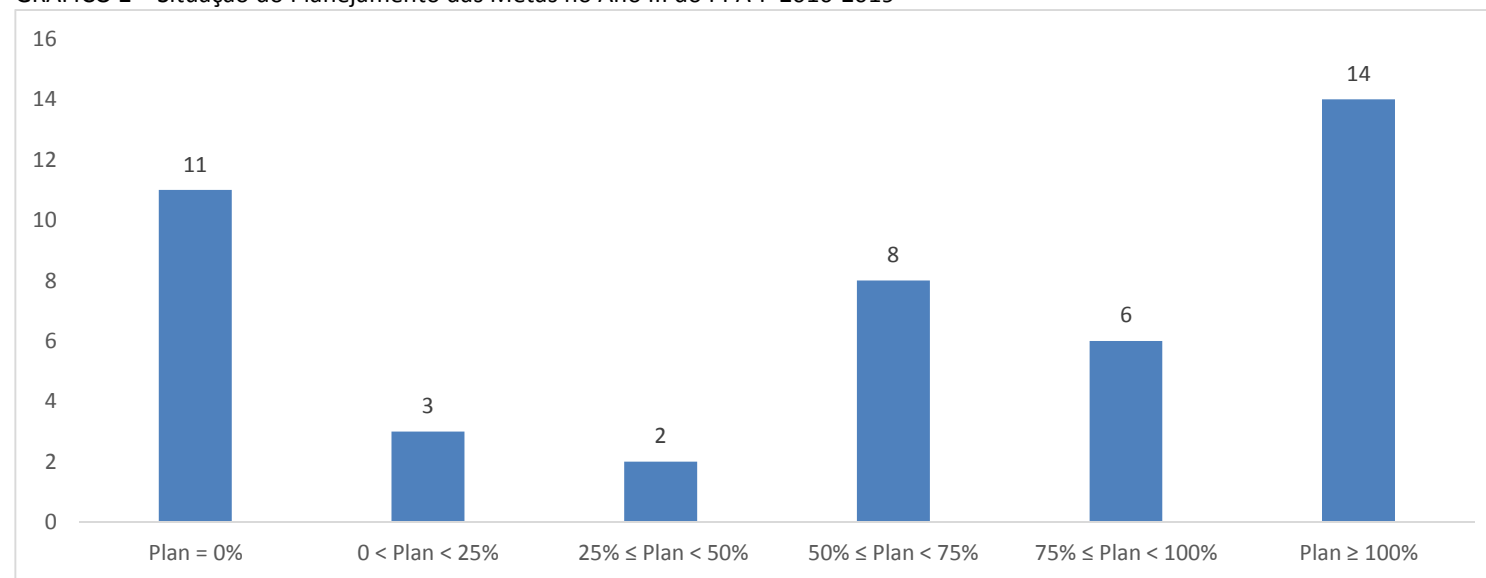
- IP3: a evolução negativa não corresponde ao desempenho do Compromisso *C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental*, visto que sete das suas nove Metas apresentam execução igual ou superior a 100%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4;
- IP11: a evolução negativa não traduz o desempenho do Compromisso *C2 – Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos*, com cinco das suas oito Metas apresentando execução igual ou superior a 100% e enquadrando-se no Grau de Eficácia 4;
- IP8: a evolução nula que não condiz com o desempenho do Compromisso *C9 – Promover sustentabilidade na produção de organismos aquáticos de interesse para a pesca e aquicultura do Estado*, com duas das suas quatro Metas apresentando execução igual ou superior a 100% (Grau de Eficácia 4).

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores (*IP2* e *IP8*), que passaram a ter vigência a partir de 2018.

O Gráfico 2 apresenta a situação do Planejamento das Metas¹, no Ano III do PPA-P 2016-2019. A definição dos intervalos considera que, sendo quatro anos o período de realização do PPA, o valor anual de referência para o planejamento de uma Meta corresponde, em geral, a 25%, o que permite definir a faixa referencial de projeção no ano III em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Dessa forma, tem-se que 24 Metas (54,54% do total) apresentam valor planejado, até 2018 (Ano III do PPA-P 2016-2019), inferior a 75% do valor previsto no PPA-P, das quais 11 estão com planejamento “zero”.

¹ Planejamento da Meta corresponde à pretensão anual da Meta quadrienal, declarada pelo gestor responsável, no início do exercício, no âmbito do Processo de Monitoramento do Programa.

GRÁFICO 2 – Situação do Planejamento das Metas no Ano III do PPA-P 2016-2019



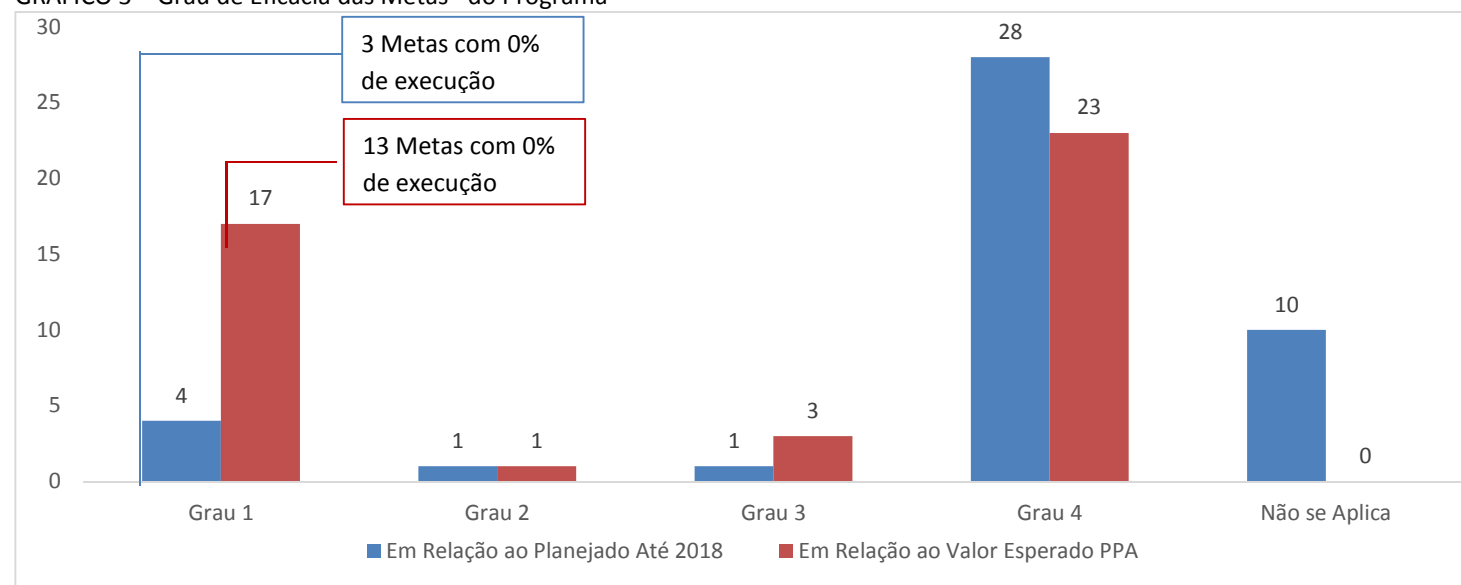
Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018, conforme demonstrado no Gráfico 3:

- 28 Metas (63,64%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 14 (31,82% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 12 (27,27% do total de Metas), uma execução superior a 100%;
- 1 Meta (2,27%) está com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 5 Metas (11,36%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);e
- 10 Metas (22,73%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”², considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018).

² Metas que não tiveram planejamento em 2018 e nem execução até o exercício em análise (2018).

GRÁFICO 3 – Grau de Eficácia das Metas* do Programa



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

* Conceito atribuído com base na execução da Meta, considerando a métrica:

Valor	Grau 1 (Insuficiente)	Grau 2 (Regular)	Grau 3 (Bom)	Grau 4 (Ótimo)
Planejado 2018	%Exec < 30	30 ≤ %Exec < 60	60 ≤ %Exec < 90	%Exec ≥ 90
PPA	%Exec < 25	25 ≤ %Exec < 50	50 ≤ %Exec < 75	%Exec ≥ 75

Com relação às Metas enquadradas na situação “Não se Aplica”, os registros constantes no campo “Observações sobre a Meta”, no Fiplan, indicam que:

- há dificuldades relacionadas à disponibilização dos recursos orçamentários ou financeiros para execução (4 Metas);
- a execução está em andamento, com conclusão prevista para exercício posterior (3 Metas); e
- pouca clareza quanto aos motivos que justificam a falta de planejamento para 2018 (3 Metas).

As explicações apresentadas pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) otimização dos recursos orçamentários ou financeiros; ii) aumento de demanda não prevista inicialmente; (iii) ocorrência de oportunidades ou novas formas de atuação não vislumbradas ou praticadas; e iii) ampliação da produtividade técnica. Por sua vez, as explicações

apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, predominantemente, associadas à ocorrência impedimentos de ordem normativa ou institucional e à insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros contribuíram para a execução de Metas abaixo de 60%.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA, verifica-se a seguinte situação, também representada no Gráfico 3:

- 23 Metas (52,27% do total) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 4 Metas (9,09% do total), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 17 Metas (38,64% do total) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 13 (29,54% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P. Além disso, engloba as dez Metas (22,73% do total de Metas) que estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, quando se considera o valor planejado para o exercício 2018.

A Dimensão Resultado do Desempenho registra um bom comportamento dos seus indicadores, favorecendo o resultado geral do Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade, destacando-se a predominância do comportamento da Eficácia das Metas em relação à Evolução dos Indicadores. Além de apresentarem uma boa representatividade, a performance de 9 dos 12 Indicadores do Programa está aderente, em certa medida, ao desempenho da maioria das Metas relacionadas aos cinco Compromissos que os sensibilizam.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada no Anexo 1 deste relatório, que trata da Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso de Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos graus de **Execução Orçamentário-Financeira** dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e

- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa**, considerando os três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018).

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **46,67%** em 2016, **55,56%** em 2017 e **55,56%** em 2018, resultando na média de **52,59%**.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 4, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira (Gráfico 5):

- 2016: 55,37%;
- 2017: 78,78%; e
- 2018: 71,73%.

GRÁFICO 4 - Valores orçados e liquidados do programa, por exercício

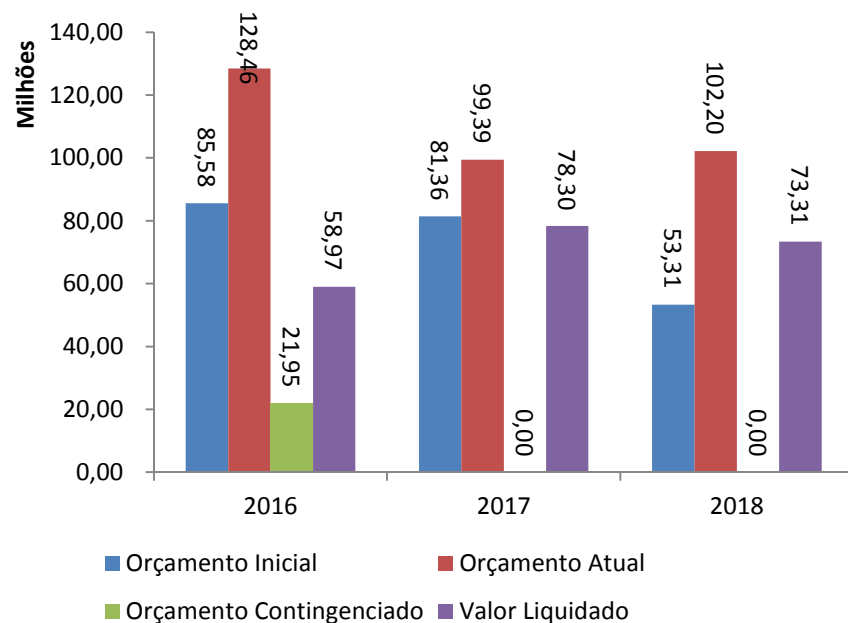
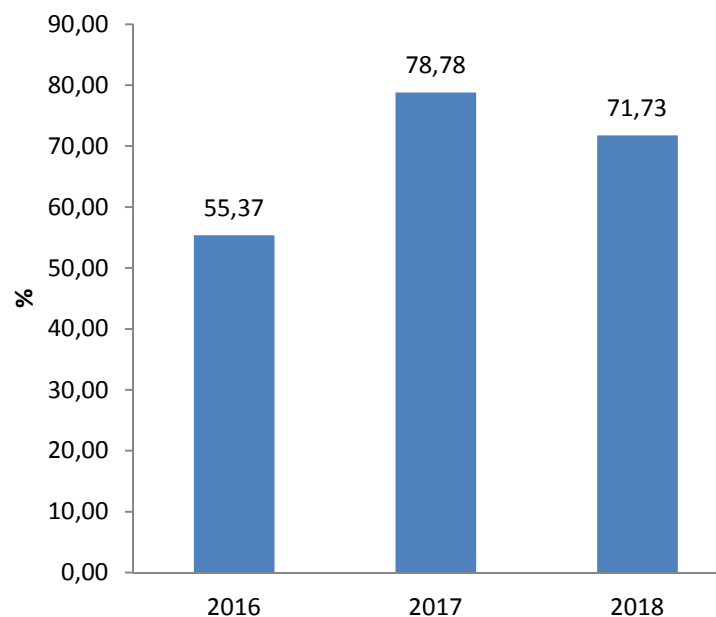


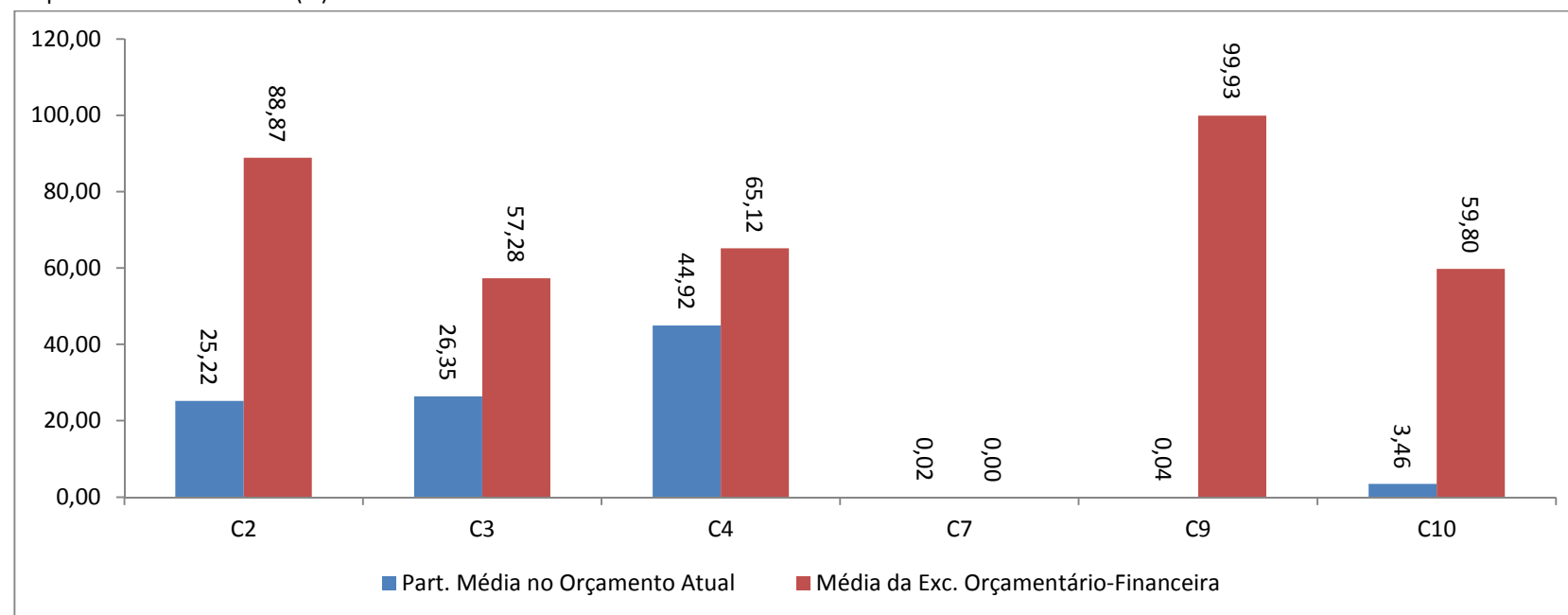
GRÁFICO 5 - Execução orçamentário-financeira do programa, por exercício (Valores liquidados / Valores orçados atuais)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Apesar do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira, em cada exercício, ser influenciado diretamente pelo nível de execução orçamentário-financeira dos Compromissos, cabe detalhar a média de programação e execução orçamentárias do Programa por Compromisso. Nessa perspectiva, o Gráfico 6 relaciona a participação média dos Compromissos no Orçamento Atual do Programa e a Execução Orçamentário-financeira, em média, no período 2016 a 2018.

GRÁFICO 6 - Relação entre Média de Participação no Orçamento Atual e Média de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, no período de 2016 a 2018 (%)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Observa-se que dois Compromissos apresentam uma baixíssima participação no Orçamento Atual do Programa e um deles não possui execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P. São eles:

- *C7 - Promover o uso sustentável dos resíduos oriundos das principais cadeias produtivas* que, sem execução orçamentário-financeira, possui apenas uma Meta em execução, com Grau de Eficácia 4; as outras três Metas estão enquadradas na condição “Não se Aplica”, de acordo com a metodologia de Avaliação adotada, pois não há planejamento e execução; e

- *C9 – Promover sustentabilidade na produção de organismos aquáticos de interesse para a pesca e aquicultura do Estado* que apresenta a maior média de execução orçamentário-financeira no período (99,93%), embora em 2016 não tenha tido programação orçamentária e execução. Das suas quatro Metas, duas registram uma execução igual ou superior a 100% (Grau de Eficácia 4).

Por outro lado, três Compromissos concentram o maior volume de recursos, os quais respondem, conjuntamente, por 96,49% do Orçamento Atual do Programa, com base na média do período (2016 a 2018), apresentando, de certa forma, uma razoável execução orçamentário-financeira. Esses Compromissos são elencados a seguir:

- *C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental* que abrange 44,92%, em média, do Orçamento Atual, com média da execução orçamentário-financeira de 65,12%;
- *C3 – Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos*, abarcando 26,35%, em média, do Orçamento Atual, com média da execução orçamentário-financeira de 57,28%; e
- *C2 – Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos*, envolvendo 25,22%, em média, do valor do Orçamento Atual, com 88,87% de execução orçamentário-financeira, em média.

O Quadro 3 apresenta o comportamento desses Compromissos com maior participação, nos três exercícios, e o desempenho das Metas a eles associadas, com base no valor planejado até 2018, relacionando, ainda, à média de execução orçamentário-financeira no período. Observa-se que, conjuntamente, são responsáveis por 27 Metas do Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade, o que representa 61,36% do total. Quanto ao seu desempenho em 2018, de acordo com a metodologia adotada, 18 Metas se encontram nos Graus de Eficácia entre 3 e 4 (Bom e Ótimo). Chama a atenção o fato de seis Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica”.

QUADRO 3 - Comportamento das Metas dos Compromissos com maior nível de participação no orçamento atual do Programa, com relação ao valor planejado até 2018

COMPROMISSO	MÉDIA DE PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO ATUAL (%)	MÉDIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO- FINANCEIRA (%)	METAS					
			QT	GRAU DE EFICÁCIA 2018				
				1	2	3	4	NSA
C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental	44,92	65,12	9	1	0	0	7	1
C3 – Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos	26,35	57,28	10	1	1	1	5	2
C2 – Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos	25,22	88,87	8	0	0	0	5	3
Total	96,49	-	27	2	1	1	17	6

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Quando considerado o valor esperado ao final do PPA-P 2016-2019, o comportamento apresentado no Quadro 3 é alterado, com destaque para as Metas com Grau de Eficácia 1 (Insuficiente), cujo total que passa de dois para 10, absorvendo as seis Metas na situação “Não se Aplica”.

Ainda sobre os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual do Programa, é possível verificar que abrangem Metas com perfil associado à implantação de planos, programas e projetos, à execução de ações de fiscalização, monitoramento e regularização ambientais e a atividades de intervenção e requalificação tecnológicas e de estruturas físicas. Esses elementos provavelmente motivam o maior aporte de recursos a eles direcionados. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com a realização de estudos, apoios, campanhas de sensibilização e demais ações, cuja execução, em geral, não requer maior volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade é, em certa medida, baixo (52,59%). Entretanto, o seu impacto no IDP do Programa é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho. Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Esse resultado, no entanto, poderia ter sido mais significativa, caso o nível de Execução Orçamentário-financeira de cada Compromisso fosse mais expressivo. Vale registrar que os Compromissos com menor participação no Orçamento Atual do Programa e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador.

3 CONCLUSÃO

O Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade alcançou um **Bom Desempenho**, registrando um bom comportamento das variáveis associadas à Dimensão Resultado (Evolução dos Indicadores – 79,17% e Eficácia das Metas do Programa – 85,29%), de modo a reduzir o impacto da performance do componente representativo da Dimensão Esforço (Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira - 52,59%). Destaca-se a atuação da Eficácia das Metas, fator que pode evidenciar o desempenho do Programa, por meio da consecução de suas entregas, a exemplo de:

- Regularização ambiental de 588.225 cadastros de imóveis rurais da agricultura familiar, com até quatro módulos fiscais, beneficiando todos os municípios baianos, por meio de ações de cadastramento via Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – Cefir;
- regularização ambiental de 25.803 processos de atividades e empreendimentos impactantes;
- realização de 8.367 fiscalizações ambientais no Estado (denúncias, emergências, operações planejadas, processos de fiscalização de condicionante);
- realização de 208 estudos e diagnósticos da qualidade ambiental;

- realização de 17 cadastramentos estaduais florestais de imóveis rurais e 26 mapeamentos de experiências socioambientais no Estado;
- operação de cinco redes de monitoramento (57 estações da rede climatológica, 454 pontos da rede amostral de monitoramento de qualidade rios, barragens (esses pontos contemplam 186 rios da Bahia) e reservatórios, de balneabilidade das praias, hidrometeorológica e hidrogeológica);
- reconhecimento de cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, visando promover a conservação da diversidade biológica, a proteção de recursos hídricos e o manejo de recursos naturais, dos Territórios Litoral Sul e Baixo Sul, beneficiando os municípios de Maraú, Ituberá, Piraí do Norte e Jaguaripe;
- requalificação de quatro unidades de conservação requalificadas: Parque Zoobotânico Getúlio Vargas e Parque Metropolitano de Pituaçu, em Salvador, reforma da Estação de Wenceslau Guimarães, na região do Baixo Sul, construção da sede da Unidade de Conservação, em Formosa do Rio Preto, na região da Bacia do Rio Grande;
- prestação de apoio a 277 municípios para a estruturação da gestão ambiental compartilhada, por meio de capacitação, disponibilização de material e orientação técnica;
- realização de 66 ações de educação ambiental no Estado;
- implementação de seis instrumentos para a gestão dos recursos hídricos: conclusão de três Planos de Bacia de Regiões de Planejamento e Gestão – RPGA (Salitre, Verde e Jacaré e Paramirim e Santo Onofre) e das suas Propostas de Enquadramento;
- implementação da ação de gestão de fauna no Estado, através do cadastramento da primeira área de soltura no município de Campo Formoso, que irá compor o mapeamento de áreas para soltura de animais silvestres;
- distribuição de 4.200.000 megalopas de caranguejo Uça nos manguezais de Acupe (Santo Amaro) e Ilhas dos Frades (Salvador).